

SUMÁRIO

Primeira parte — Introdução



Capítulo 1 — SOCIEDADE E TUTELA JURÍDICA

1. sociedade e direito	19
2. conflitos e insatisfações	20
3. da autotutela à jurisdição	20
4. a função estatal pacificadora (<i>jurisdição</i>)	24
5. meios alternativos de pacificação social	25
6. autotutela, autocomposição e arbitragem no direito moderno	29
7. controle jurisdicional indispensável (a regra <i>nulla poena sine iudicio</i>) ...	31
8. acesso à justiça	33

Capítulo 2 — O PROCESSO E O DIREITO PROCESSUAL

9. as funções do Estado moderno	37
10. legislação e jurisdição	38
11. direito material e direito processual	40
12. a instrumentalidade do processo	41
13. linhas evolutivas	42

Capítulo 3 — DENOMINAÇÃO, POSIÇÃO ENCICLOPÉDICA E DIVISÃO DO DIREITO PROCESSUAL

14. denominação	46
15. posição enciclopédica do direito processual	47
16. divisão do direito processual	48



Capítulo 4 — PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL

17. conceito	50
18. princípio da imparcialidade do juiz	51
19. princípio da igualdade	53
20. princípios do contraditório e da ampla defesa	55

21. princípio da ação — processos inquisitivo e acusatório	57
22. princípios da disponibilidade e da indisponibilidade	60
23. princípio dispositivo e princípio da livre investigação das provas — verdade formal e verdade real	64
24. princípio do impulso oficial	66
25. princípio da oralidade	67
26. princípio da persuasão racional do juiz	67
27. princípio da motivação das decisões judiciais	68
28. princípio da publicidade	69
29. princípio da lealdade processual	71
30. princípios da economia e da instrumentalidade das formas	72
31. princípio do duplo grau de jurisdição	73

Capítulo 5 — DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

32. processo e Constituição	78
33. direito processual constitucional	79
34. tutela constitucional do processo	80
35. acesso à justiça (ou garantias da ação e da defesa)	81
36. as garantias do devido processo legal	82
36.a. as garantias processuais da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José de Costa Rica)	85

** Capítulo 6 — NORMA PROCESSUAL: OBJETO E NATUREZA*

37. norma material e norma instrumental	88
38. objeto da norma processual	89
39. natureza da norma processual	90

Capítulo 7 — FONTES DA NORMA PROCESSUAL

40. fontes de direito em geral	92
41. fontes abstratas da norma processual	92
42. fontes concretas da norma processual	94

Capítulo 8 — EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO E NO TEMPO

43. dimensões da norma processual	97
44. eficácia da norma processual no espaço	97
45. eficácia da norma processual no tempo	98

Capítulo 9 — INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL

46. interpretação da lei, seus métodos e resultados	101
47. interpretação e integração	102
48. interpretação e integração da lei processual	103

** Capítulo 10 — EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO*

49. continuidade da legislação lusa	105
---	-----

50. o Regulamento 737	107
51. instituição das normas	108
52. competência para legislar	108
53. reforma legislativa	109
54. Código de Processo Civil	111
55. a reforma processual penal	112
56. leis modificativas dos Códigos vigentes — as <i>minirreformas</i> do Código de Processo Civil	114
57. leis modificativas dos Códigos vigentes (CPP)	116
58. a Constituição de 1988 e o direito anterior	119
59. evolução doutrinária do direito processual no Brasil — o papel de Liebman e a tendência instrumentalista moderna	122

Segunda parte — Jurisdição

* Capítulo 11 — JURISDIÇÃO: CONCEITO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

60. conceito de jurisdição	129
61. carácter substitutivo	130
62. escopo jurídico de atuação do direito	131
63. outras características da jurisdição (lide, inércia, definitividade)	132
64. jurisdição, legislação, administração	134
65. princípios inerentes à jurisdição	135
66. extensão da jurisdição	138
67. poderes inerentes à jurisdição	139

* Capítulo 12 — ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO

68. unidade da jurisdição	140
69. jurisdição penal ou civil	140
70. relacionamento entre jurisdição penal e civil	141
71. jurisdição especial ou comum	144
72. jurisdição superior ou inferior	145
73. jurisdição de direito ou de equidade	146

* Capítulo 13 — LIMITES DA JURISDIÇÃO

74. generalidades	148
75. limites internacionais	148
76. limites internacionais de carácter pessoal	149
77. limites internos	150

Capítulo 14 — JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

78. administração pública de interesses privados	152
79. jurisdição voluntária	153
80. jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	154

*Capítulo 15 — PODER JUDICIÁRIO: FUNÇÕES,
ESTRUTURA E ÓRGÃOS*

81. conceito	156
82. funções do Poder Judiciário e função jurisdicional	157
83. órgãos da jurisdição	159

*Capítulo 16 — A INDEPENDÊNCIA DO PODER
JUDICIÁRIO E SUAS GARANTIAS*

84. a independência do Poder Judiciário	161
85. as garantias do Poder Judiciário como um todo	162
86. as garantias dos magistrados	162
87. garantias de independência	163
88. impedimentos como garantia de imparcialidade	164



*Capítulo 17 — ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA: CONCEITO,
CONTEÚDO, COMPETÊNCIA LEGISLATIVA*

89. conceito	166
90. competência legislativa	167
91. conteúdo da organização judiciária	168
92. Magistratura	168
93. duplo grau de jurisdição	170
94. composição dos juízos	171
95. divisão judiciária	171
96. épocas para o trabalho forense	172

*Capítulo 18 — ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA:
A ESTRUTURA JUDICIÁRIA NACIONAL*

97. a Constituição e a estrutura judiciária nacional	174
--	-----

*Capítulo 19 — SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA*

98. órgãos de superposição	177
99. Supremo Tribunal Federal: funções institucionais	178
100. graus de jurisdição do Supremo Tribunal Federal	179
101. ingresso, composição e funcionamento (STF)	180
102. Superior Tribunal de Justiça: funções institucionais e competência	182
103. ingresso, composição e funcionamento (STJ)	183

Capítulo 20 — ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL

104. fontes	185
105. duplo grau de jurisdição — a composição dos tribunais	186
106. divisão judiciária — os juízos de primeiro grau	187
107. classificação das comarcas	188
108. períodos de trabalho — férias forenses	188
109. a carreira da Magistratura	189
110. Justiça Militar estadual	191

Capítulo 21 — ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DA UNIÃO

111. as Justiças da União	193
112. organização da Justiça Federal (comum)	193
113. organização da Justiça Militar da União	195
114. organização da Justiça Eleitoral	196
115. organização da Justiça do Trabalho	198

Capítulo 22 — SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

116. órgãos principais e órgãos auxiliares da Justiça	201
117. classificação dos órgãos auxiliares da Justiça	203
118. auxiliares permanentes da Justiça	203
119. auxiliares eventuais da Justiça (órgãos de encargo judicial)	206
120. auxiliares eventuais da Justiça (órgãos extravagantes)	207
121. fé-pública	208

Capítulo 23 — MINISTÉRIO PÚBLICO

122. noção, funções, origens	209
123. Ministério Público e Poder Judiciário	210
124. princípios	212
125. garantias	213
126. impedimentos	214
127. órgãos do Ministério Público da União	215
128. órgãos do Ministério Público estadual	216

Capítulo 24 — O ADVOGADO

129. noções gerais	219
130. Defensoria Pública	220
131. a Advocacia-Geral da União	221
132. natureza jurídica da advocacia	221
133. abrangência da atividade de advocacia e honorários	223
134. deveres e direitos do advogado	224
135. Ordem dos Advogados do Brasil	225
136. exame de ordem e estágio	226

Capítulo 25 — COMPETÊNCIA: CONCEITO, ESPÉCIES, CRITÉRIOS DETERMINATIVOS

137. conceito	229
138. distribuição da competência	230
139. órgãos judiciários diferenciados	231
140. elaboração dos grupos de causas	232
141. dados referentes à causa	233
142. dados referentes ao processo	235
143. atribuição das causas aos órgãos	235

Capítulo 26 — COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA

144. prorrogação da competência	240
---------------------------------------	-----

145. causas de prorrogação da competência	242
146. prorrogação da competência e prevenção	244

Terceira parte — Ação e Exceção

* Capítulo 27 — AÇÃO: NATUREZA JURÍDICA

147. conceito	247
148. teoria imanentista	247
149. a polêmica Windscheid-Muther	248
150. a ação como direito autônomo	248
151. a ação como direito autônomo e concreto	249
152. a ação como direito autônomo e abstrato	250
153. a ação como direito autônomo, em outras teorias	250
154. a doutrina de Liebman	251
155. apreciação crítica das várias teorias	251
156. natureza jurídica da ação	253
157. ação penal	254
158. condições da ação	256
159. carência de ação	259
160. identificação da ação	259

* Capítulo 28 — CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES

161. classificação das ações	263
162. classificações tradicionais	264
163. classificação da ação penal: critério subjetivo	264
164. classificação da ação trabalhista: os dissídios coletivos	266

Capítulo 29 — EXCEÇÃO: A DEFESA DO RÉU

165. bilateralidade da ação e do processo	269
166. exceção	269
167. natureza jurídica da exceção	270
168. classificação das exceções	272

Quarta parte — Processo

* Capítulo 30 — NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO (PROCESSO, RELAÇÃO JURÍDICA, PROCEDIMENTO)

169. processo e procedimento	275
170. teorias sobre a natureza jurídica do processo	276
171. o processo como contrato	277
172. o processo como quase-contrato	277
173. o processo como relação jurídica	278
174. o processo como situação jurídica	279
175. natureza jurídica do processo	280
176. o processo como procedimento em contraditório	283
177. legitimação pelo procedimento e pelo contraditório	283
178. relação jurídica processual e relação material	284
179. sujeitos da relação jurídica processual	284

180. objeto da relação processual	286
181. pressupostos da relação processual (pressupostos processuais)	286
182. características da relação processual	288
183. autonomia da relação processual	289
184. início e fim do processo	289

✱ Capítulo 31 — SUJEITOS DO PROCESSO

185. generalidades	292
186. o juiz	293
187. autor e réu	293
188. litisconsórcio	294
189. intervenção de terceiro	295
190. o advogado	295
191. Ministério Público	297

Capítulo 32 — PROCESSOS DE CONHECIMENTO, DE EXECUÇÃO E CAUTELAR

192. classificação dos processos	300
193. processo de conhecimento	301
194. sentença meramente declaratória	302
195. sentença condenatória	303
196. sentença constitutiva	303
196.a. sentença mandamental e sentença executiva <i>lato sensu</i>	304
197. efeitos da sentença	305
198. coisa julgada	305
199. limites objetivos da coisa julgada	307
200. limites subjetivos da coisa julgada	309
201. processo e provimento executivos	311
202. sobre a execução penal	314
203. processo cautelar	316

Capítulo 33 — FORMAS PROCESSUAIS — PROCEDIMENTO

204. o sistema da legalidade das formas	320
205. as exigências quanto à forma	321
206. o lugar dos atos do procedimento	322
207. o tempo dos atos do procedimento	322
208. o modo do procedimento e dos seus atos	323
209. o modo do procedimento (linguagem): procedimento escrito, oral e misto	324
210. o modo do procedimento: atividade e impulso processual	326
211. o modo do procedimento: o rito	328

Capítulo 34 — ATOS PROCESSUAIS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

212. fatos e atos processuais	331
213. classificação dos atos processuais	332
214. atos processuais do juiz (atos judiciais)	332
215. atos dos auxiliares da Justiça	333

216. atos processuais das partes	334
217. atos processuais simples e complexos	336
218. documentação do ato processual	337

Capítulo 35 — VÍCIOS DO ATO PROCESSUAL

219. inobservância da forma	339
220. nulidade	340
221. decretação da nulidade	342
222. nulidade absoluta e nulidade relativa	343
223. inexistência jurídica do ato processual	344
224. convalidação do ato processual	345

Capítulo 36 — PROVA: CONCEITO, DISCRIMINAÇÃO, ÔNUS E VALORAÇÃO

225. conceito de prova	347
226. discriminação de provas	347
227. objeto da prova	348
228. ônus da prova	349
229. valoração da prova	350
bibliografia geral	353